



## **Virtualidades e limites da história de vida como metodologia no estudo de mulheres ativistas pelos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil**

Virtualities and limits of life stories as the methodology  
in the study of activist women for sexual and reproductive rights in Brazil

**Paloma Abelin e Rosana Machin**

### **Resumo**

O presente artigo aborda a utilização da metodologia das histórias de vida em pesquisa, a partir de um estudo que explorou as vivências na militância e nas reivindicações de mulheres no campo dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. Partindo do trabalho de campo realizado com cinco mulheres ativistas, problematizam-se aspectos metodológicos, desde a escolha das participantes, elementos relevantes dos encontros, seu registro e análise dos resultados. Avalia-se as contribuições e limitações de seu uso em pesquisas qualitativas. Aponta-se a potência das histórias de vida para a valorização da trajetória de mulheres ativistas e para a memória nos trajetos referentes à construção de reivindicações feministas na esfera das políticas públicas de saúde no Brasil.

**Palavras-Chave:** Histórias de vida; pesquisa qualitativa; ativismo político; saúde da mulher; feminismo.

### **Abstract**

This article addresses the use of the methodology of life stories in research, based on a study that explored the militancy life experiences and claims of women in the field of sexual and reproductive rights in Brazil. Based on fieldwork carried out with five activist women, methodological aspects are problematized from the choice of participants, the meetings' relevant elements, its registration and result analysis. The contributions and limitations of its use in qualitative research are evaluated. The life stories' potency is directed towards the valorization of the trajectory of activist women and the memory in the paths related to the structure of feminist claims in the sphere of public health policies in Brazil.

**Keywords:** Life story; qualitative research; political activism; women's health; feminism.

## Introdução

O estudo que gerou as reflexões e contribuições propostas neste artigo teve como objetivo investigar vivências privadas e públicas de mulheres ativistas no campo da saúde pelos direitos sexuais e reprodutivos<sup>1</sup> no Brasil. O intuito da investigação foi compreender a articulação entre as esferas privada e pública, as trajetórias dessas mulheres na esfera pública e a construção de suas reivindicações em direitos sexuais e reprodutivos realizadas no campo da saúde.

O Brasil apresenta histórico particular de luta de movimentos feministas nas temáticas da sexualidade, reprodução e saúde. No contexto de um país conservador, com forte influência da religião no cotidiano e na política, e marcado por processos democráticos interrompidos, delinearam-se ao longo de décadas mobilizações e conquistas dos movimentos feministas em prol do direito de viver a sexualidade, decidir sobre aspectos da reprodução, e ter os direitos garantidos no âmbito da saúde enquanto direito universal. Esse histórico passa pelo processo de redemocratização, da reforma sanitária e está necessariamente permeado por limitações na abordagem de temáticas como a sexualidade e o direito ao uso do corpo pelas mulheres, dentro de um contexto desigual de exercício de direitos entre homens e mulheres, que pesa especialmente para mulheres negras e de classes sociais baixas.

Sexualidade e reprodução são temáticas historicamente tratadas do ponto de vista da esfera privada, na dimensão do controle dos corpos femininos e fora da perspectiva dos direitos. A rígida separação entre as esferas privada e pública para homens e mulheres vem servindo a propósitos de manutenção da desigualdade e despolitizando a esfera privada. É uma separação que invisibiliza ou impõe obstáculos à atuação das mulheres na esfera pública, em especial no que se refere a reivindicações e mobilizações políticas pela garantia dos direitos das mulheres, inclusive os direitos sexuais, os direitos reprodutivos e o direito à saúde.

Em um campo social complexo, no qual elementos de subordinação das mulheres e mobilização pela autonomia operam ao mesmo tempo, as mulheres ativistas exercem um desafiador papel de nomear desigualdades e reivindicações pelos direitos das mulheres no espaço público, estabelecendo um trânsito entre o privado e o público. Mobilizam-se no sentido de romper com o acirramento entre as esferas, estabelecendo reivindicações e construindo caminhos para o exercício dos direitos das mulheres, também no âmbito da sexualidade, da reprodução e da saúde.

Considerando que o que se dá na esfera privada é objeto para reivindicações na esfera pública, a pergunta de pesquisa que se delineou foi como se dá a articulação entre as esferas privada e pública de mulheres ativistas pelos direitos sexuais, direitos reprodutivos e saúde no país. O estudo buscou investigar de que maneira essas mulheres - que levam suas demandas e de outras mulheres para a esfera pública, que circulam no espaço público por meio da ação política, e que mobilizam o mundo como é conhecido - vivem o exercício de seus direitos tanto na esfera privada como na esfera pública.

Para a realização da pesquisa, escolheu-se a metodologia das histórias de vida. O processo desde a escolha metodológica até a análise de resultados será apresentado, assim como reflexões de ordem metodológica e operacional sobre a pertinência de sua aplicação nas investigações em pesquisas de natureza qualitativa. Nesse contexto, parte-se das trajetórias de mulheres militantes

---

<sup>1</sup> De acordo com o *Manifesto por uma Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos*, elaborado por diversas organizações que atuam em prol dos direitos das mulheres, estes: referem-se ao exercício da sexualidade de todas as pessoas. Esta vivência expressa a forma em que cada pessoa configura sua identidade sexual, identificando-se ou não com os padrões masculinos e femininos estabelecidos socialmente; a forma em que cada pessoa vive a sua sexualidade e quem é objeto de seu desejo sexual, podendo ser ele alguém do mesmo sexo ou do sexo oposto. Quanto aos direitos reprodutivos: têm a ver com a autonomia necessária para o exercício da própria capacidade reprodutiva. Estão relacionados com a decisão de ter ou não ter filhos e em que número, com a eleição do momento para a reprodução e a forma em que ela se dará. São direitos que incidem principalmente na vida das mulheres, visto que os filhos e as filhas são criados e desenvolvidos no corpo das mulheres, inclusive nos casos de fertilização *in vitro* (Manifesto, 2008:10).

e do registro da memória no processo de construção das reivindicações feministas no campo da saúde.

A memória é um fenômeno coletivo e as lembranças e recordações dos indivíduos são construídas partindo do contexto dos próprios grupos em que estão envolvidos. Só é possível ao indivíduo recordar, pois pertence a um grupo social. No entanto, se a memória se constrói na interação entre os indivíduos como observa Pollak (2006), a constituição da memória deve ser compreendida a partir de seu caráter negociado estabelecido por meio de um processo de formação onde se reconhece a existência de memórias tornadas hegemônicas e outras que sofrem opressão ou censura se constituindo em memórias subterrâneas, dos grupos marginalizados e das minorias políticas. Nesse processo, é importante sublinhar a agência dos sujeitos na formação das lembranças nos quais as situações vivenciadas ainda que sofram repressão não deixam de ser produzidos (Rios, 2013). Assim, a memória não é completamente coletiva, nem completamente individual, sua constituição interconecta experiências vividas diretamente e outras transmitidas e aprendidas em interação social, por meio da seleção de acontecimentos no espaço e no tempo.

Nesse sentido, Bosi (2003) destaca o quanto, muitas vezes, memórias individuais podem ser borradas pela força da memória coletiva, de determinados classes sociais ou instituições como a escola ou a universidade. Essa situação não invalida o acesso à memória individual, mas mostra sua complexidade indicando a necessidade de uma interpretação 'sutil e rigorosa'.

Reconhece-se um processo de reabilitação progressiva da perspectiva do sujeito, desde meados dos anos 1970, após um longo período de hegemonia de modelos deterministas baseados em concepções funcionalistas, marxistas e estruturalistas do indivíduo (Josso, 1999), a partir do qual podemos identificar um crescente interesse na perspectiva metodológica do uso de histórias de vida.

Entende-se que as histórias de vida são uma metodologia que é parte do escopo das histórias orais (Camargo, 1984; Queiroz, 1987). A história oral é termo amplo, que abarca variedade de relatos sobre fatos que não foram registrados de outras maneiras. Está na base da obtenção de informações variadas, captando experiências efetivas, crenças e tradições por meio dos relatos orais (Queiroz, 1987).

A história de vida é uma das formas de história oral:

A história de vida, por sua vez, se define como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstruir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Narrativa linear e individual dos acontecimentos que ele considera significativos, através dela se delineiam as relações com os membros do grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar. Dessa forma, o interesse deste último está em captar algo que ultrapassa o caráter individual do que é transmitido e que se insere nas coletividades a que o narrador pertence (Queiroz, 1987:275).

Dessa maneira, a história de vida não considera o indivíduo de maneira isolada, mas capta o coletivo, situando-se na interlocução entre vivências individuais e acontecimentos sociais. A abordagem: "cria um tipo especial de documento no qual a experiência pessoal entrelaça-se à ação histórica" (Camargo, 1984:12). Ademais, a partir do individual se pode chegar à compreensão do coletivo manifestado na sua singularidade, pois ao estudar o social individualizado estudamos a realidade social em sua forma incorporada, interiorizada por meio da experiência socializadora (Brandão, 2007). É o coletivo realizado por meio da (re)construção pessoal.

Alberti (2004), ao apresentar as possibilidades de abordagem em história oral, diferencia entrevistas temáticas e entrevistas de histórias de vida. De acordo com a autora:

As [entrevistas] de história de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou (Alberti, 2004:37)

Nesse sentido, trata-se de explorar a experiência pessoal realizada em determinados contextos históricos e sociais particulares, expressos igualmente pelas mudanças que vivenciaram e “dependerá da forma pela qual o narrador posiciona-se socialmente e que lhe produz as concepções acerca do real das quais lançará mão em seu relato” (Schraiber, 1995: 65). Importante destacar que o que é relatado não é uma impressão subjetiva da realidade, mas resulta do pensamento elaborado decorrente da reflexão sobre o vivido, como integrante de uma comunidade, uma cultura, grupos e/ou camadas sociais particulares. Nesse contexto, ao mesmo tempo que conectamos narrativas singulares, acessamos tanto a diferença, como a similaridade, as perspectivas únicas de cada sujeito e aquelas que compartilham com outros (Bertaux, 1996; Denzin, 2000).

O que é sujeito à generalização com relação ao uso de histórias de vida está relacionado às regularidades referidas pelas categorias de análise e proposições teóricas nos casos singulares trabalhados pela sua ligação ao fenômeno que se está investigando (Brandão, 2007).

No tocante ao objeto da investigação da pesquisa, o encontro entre história oral e a perspectiva de gênero, com a construção da história das mulheres, trouxe a valorização tanto da subjetividade como da diversidade. A princípio, diversificou e aumentou as áreas de interesse da história, incluindo assuntos do cotidiano de mulheres comuns. Salvatici (2005) destaca, sobre esse encontro: “O objetivo político do movimento feminista era dar valor a essas áreas específicas de experiência feminina, e a história oral forneceu assunções teóricas e soluções metodológicas para caminhar nessa direção” (Salvatici: 2005:31).

Por um período, a realização de histórias orais de mulheres por si só foi suficiente para que houvesse identificação por parte das mulheres que liam os trabalhos, qualquer que fossem os relatos. Ao longo do tempo, houve incremento do arcabouço teórico-metodológico, trazendo complexidade para a relação entre a história oral e a história das mulheres. Com o aumento das pesquisas nesse campo, percebeu-se a questão da pluralidade das mulheres: as diversidades variadas das mulheres que relatam ou que podem relatar suas histórias. “O que era considerado a “voz das mulheres” transformou-se em plural: narrativas femininas pareciam um coro de múltiplas vozes e, conseqüentemente, a identidade de gênero foi complicada por identidades de classe, religião e nacionalidade” (Salvatici, 2005:32). Os estudos nesse campo, de acordo com a autora, devem levar também em consideração que a dimensão subjetiva é essencial para compreender as realidades.

Partindo de bibliografia específica sobre a pesquisa qualitativa nas Ciências Humanas, apresentam-se algumas reflexões sobre o contexto metodológico de uso da história de vida e os aspectos de sua utilização problematizando suas potencialidades e limites considerando a pesquisa empírica conduzida.

### **A utilização das histórias de vida a partir de uma pesquisa empírica**

Do ponto de vista da individualidade, as histórias de vida permitem a investigação de questões que só podem ser acessadas em profundidade e, entrelaçando-se ao social, são expressões de coletividades e momentos históricos. Esse entrelaçamento é pertinente aos objetivos do estudo.

No caso da pesquisa empírica, os principais temas referentes ao alcance dos objetivos propostos foram considerados enquanto as questões norteadoras no relato das trajetórias de vida das mulheres: a entrada na militância, as articulações entre a militância e a vida privada, acontecimentos importantes no exercício dos direitos que se deram tanto na esfera pública como na privada, reivindicações no campo das políticas públicas de saúde ao longo das trajetórias enquanto militantes. Além dessas, outras temáticas surgiram e compuseram a análise dos resultados da pesquisa.

Essa perspectiva implicou operar a partir de dois níveis de análise: um macrossociológico, outro mais especificamente micro sociológico, considerando os distintos pontos de articulação entre eles. Assim, trabalhou-se com três dimensões fundamentais: uma dimensão estrutural, incluindo uma pluralidade de discursos e representações sobre gênero e direitos; uma dimensão institucional, onde se encontram agências diversas voltadas à difusão desses discursos e

representações visando assegurar a efetividade desses pressupostos por meio de processos de socialização; uma dimensão micro social, referente aos contextos particulares de socialização e relações individuais (Brandão, 2007).

Sabe-se que a escolha da metodologia para a realização de uma pesquisa é um processo importante de estudo e reflexão para que esta esteja adequada à melhor forma de obtenção dos resultados esperados, a partir dos objetivos delineados. Frente aos objetivos do estudo, algumas ponderações metodológicas foram levantadas. Os objetivos, no que exploram a articulação entre as esferas pública e privada e as experiências íntimas das mulheres, demandavam por uma metodologia profunda e que fizesse emergir diversidades e singularidades. Conforme se observou ao longo da realização da pesquisa de campo, a metodologia de fato se mostrou fértil nesse sentido. As histórias de vida responderam com maior clareza sobre os entrelaçamentos entre as esferas ao longo da trajetória de vida de cada mulher.

A realização das histórias de vida, além de permitir o aprofundamento das temáticas e de possibilitar a construção de cronologias de acontecimentos privados e públicos, proporcionou também a emergência de lembranças no momento do encontro e a escolha espontânea de trechos da vida para serem relatados. As lembranças que emergiram e os trechos escolhidos para relato durante os encontros foram bastante ricos para análise. Ainda, as histórias de vida proporcionaram grande riqueza de detalhes e de informações, oferecendo material robusto para análise.

Igualmente, as histórias de vida se mostraram adequadas para o estudo de transformações sociais. Pollak destaca a importância dessa metodologia para esses fins: “Pienso que la historia de vida surgió como un instrumento privilegiado para evaluarlos momentos de cambio, los momentos de transformación” (Pollak, 2006:47).

Para além do alcance dos objetivos e das vantagens descritas, destacam-se dois elementos que influenciaram na escolha metodológica. O primeiro refere-se ao prazer na escolha metodológica. Uma vez que, em algumas situações de pesquisa, várias metodologias podem dar conta em maior ou menor grau do atendimento aos objetivos propostos, o prazer na execução do campo da pesquisa foi elemento importante nessa escolha. O desejo de escutar as histórias de vida e de aprender a realização de mais uma metodologia em pesquisa qualitativa contribuíram para a escolha. E de fato foi um privilégio escutar as histórias de lideranças na luta pela efetivação dos direitos das mulheres ao longo da história do país.

O segundo elemento refere-se a uma postura de valorização da memória individual e coletiva de mulheres. A abordagem direta em termos de memória individual e coletiva não é o objetivo central da pesquisa, mas reconhece-se que o uso da metodologia favoreceu a reafirmação das mulheres enquanto protagonistas da história. Também possibilitou registrar os caminhos das reivindicações feministas e das construções de políticas para mulheres e reitera-se que é importante contribuir para os registros da memória sobre as mulheres, sobre as reivindicações e conquistas de direitos, sobre suas trajetórias enquanto militantes e sobre os processos de construção do panorama dessas reivindicações, num contexto sóciohistórico que tende a invisibilizar suas ações na esfera pública.

Por fim, a proposta de pesquisa como um todo se reconhece enquanto feminista. Sobre essa postura feminista na realização da pesquisa, Bartra (1999) considera que em uma metodologia de pesquisa posicionada desde um ponto de vista feminista, a formulação das perguntas já parte de um conhecimento anterior sobre as questões de gênero e de que maneira as mulheres vivem e se relacionam em sociedades que ainda não alcançaram a igualdade. Depois da formulação da pergunta, os métodos a serem escolhidos também considerarão esses pontos de vista. Assim, o processo de escolha do tema, perguntas, construção do desenho metodológico, forma de observação e de análise dos dados – todo o processo - tem como pressuposto um olhar atento às desigualdades referentes às relações sociais de gênero.

Outro importante desafio no uso dessa metodologia foi a questão do tempo. Considerando que as histórias de vida demandam mais tempo do que outras abordagens, ao longo do trabalho de campo essa foi uma questão importante e será abordada adiante.

## A escolha das entrevistadas

Cada etapa da pesquisa, em especial o trabalho de campo, passou por processos de debate e reflexão para a realização das escolhas. Para a seleção das entrevistadas atendendo aos objetivos da pesquisa estabeleceram-se alguns pressupostos: mulheres ativistas na área dos direitos sexuais, reprodutivos e saúde; que tenham ou estivessem ocupando lugares de destaque ou liderança em seu campo de atuação; que atendessem à necessidade de diversificação em termos de idade, geração, atuação enquanto militante e raça/cor.

As lideranças escolhidas foram provenientes de movimentos que estabelecem suas demandas ao Estado, ainda que mobilizem outras formas de militância. Esse critério foi utilizado tendo em vista a importância dos movimentos sociais para a construção das políticas públicas em saúde. Entende-se que “militância” é um conceito amplo, difuso e objeto de problematização (Sales et al, 2018).<sup>2</sup> Compreende-se a militância enquanto “toda forma de participação *duradoura* em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa” (Sawicki e Siméant, 2011:201).

Tendo em vista essa compreensão, as mulheres tiveram perfil de atuação em movimentos sociais organizados pelos direitos das mulheres, organizações não governamentais que atuam em temáticas voltadas para direitos sexuais, reprodutivos e saúde, universidades ou produção acadêmica importante na área, mobilização e formação de opinião reconhecida em redes sociais, também nos temas elencados.

Assim, o recorte escolhido buscou, na diversificação dos perfis de mulheres, a possibilidade de compreender a construção da trajetória do movimento feminista, no que diz respeito aos direitos sexuais, reprodutivos e saúde, permitindo a emergência de vivências diferenciadas (ou não) no exercício dos seus direitos, no empreendimento de estratégias criativas para lidar com as desigualdades no âmbito privado e interpessoal e na construção de reivindicações no campo das políticas de saúde.

O estudo seguiu as normas éticas instituídas pela Resolução nº466 do Conselho Nacional de Saúde e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição proponente. A primeira entrevista foi realizada em janeiro de 2018 e a última entrevista foi realizada em janeiro de 2019. Chegou-se a cada uma das entrevistadas por meio da rede profissional da pesquisadora na área de direitos e saúde das mulheres.

Ao fim de um ano, foram colhidas cinco histórias de vida com os seguintes perfis:

---

<sup>2</sup> Para maior aprofundamento do termo e das problematizações referentes às definições, sugere-se a leitura de Sales et al (2018) e de Sawicki e Siméant (2011).

### Quadro 1 – Caracterização das entrevistadas

Nome <sup>3</sup>	Anonimato	Raça/cor	Idade	Cidade de Residência	Atuação profissional
Mariana	Sim	Negra	30 anos	Brasília	Psicóloga
Vera	Sim	Negra	80 anos	Rio de Janeiro	Médica
Betânia	Não	Negra	45 anos	Campinas	Profissional do sexo
Maria José	Não	Branca	60 anos	São Paulo	Socióloga
Antônia	Sim	Negra	30 anos	Rio de Janeiro	Dança

Fonte: Elaboração das autoras.

Apesar de previsto o anonimato, conforme as regras do Comitê de Ética em Pesquisa, duas das mulheres do estudo optaram pelo não anonimato de maneira espontânea. Betânia, no primeiro contato, deixou claro a importância de dar visibilidade às mulheres profissionais do sexo, sem “se esconder”. Maria José, também afirmou, espontaneamente, que sua história não demandava anonimato. Todas as entrevistadas variaram em termos de atuação na militância e temática, mas exerceram ou exercem papel de destaque ou liderança na temática dos direitos sexuais e reprodutivos e saúde das mulheres.

Além da descrição geral das mulheres, cabe um breve resumo sobre cada uma delas.

A Mariana esteve e está ligada a militâncias variadas, com participação em conselhos, conferências, organizações de saúde da população negra, organizações feministas, entre outras. Até a adolescência, foi líder na igreja católica de seu bairro e relatou um pouco sobre suas vivências no campo privado, família e relacionamentos afetivos. Discorreu também sobre a sua entrada na universidade e sobre suas vivências como mulher negra.

A Vera também militou em partido político e milita em organizações feministas, além de atuar com mulheres em uma instituição pública. Abordou bastante do histórico do feminismo no país e da construção de políticas de saúde para as mulheres após a reforma sanitária e a criação do SUS. Também devido à sua profissão, abordou bastante o papel de profissionais de saúde no impedimento do exercício dos direitos das mulheres e relatou situações e percepções a partir de sua prática profissional.

A Betânia atua pela regulamentação trabalhista das profissionais do sexo, mas também já atuou em um grupo ligado à igreja católica e faz um trabalho de base voltado para a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis. Ela relatou sua chegada a Campinas, como iniciou seu trabalho como profissional do sexo, além de episódios de suas relações afetivas e familiares.

A Zeca, uma das fundadoras do Católicas pelo Direito de Decidir no Brasil, foi freira por um período e relatou parte de sua história familiar, sua decisão pela vida religiosa, pelos estudos e como se envolveu com a temática dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

A Antônia, moradora da Maré, relatou também a história da chegada de sua família à Maré, descreveu situações de sua vida afetiva, discorreu sobre a militância que realiza no local e sobre os estudos voltados para corpo, raça e direitos das mulheres.

A cada entrevista realizada, foi feita uma breve análise do material coletado – principais elementos presentes na entrevista, o que poderia ser modificado em termos de intervenção de uma entrevista para outra, o que era predominante no perfil escolhido, entre outros elementos. Após a realização de cada entrevista, foi delineado o perfil das entrevistas seguintes, sempre considerando o critério da diversificação (em geração, raça/cor, atuação militante), apontado como parâmetro essencial para os campos de pesquisa (Bertaux, 1999).

### **O agendamento dos encontros**

O agendamento e a realização dos encontros colocaram alguns desafios a mais na realização da pesquisa. As histórias de vida requerem uma duração de encontro mais longa do que entrevistas semi-estruturadas ou em profundidade e, muitas vezes, demandam a realização de mais de um encontro. Considerando a profundidade das entrevistas e o material a ser trabalhado com as mulheres, a expectativa é que uma entrevista não esgote os temas, ou que as entrevistas tenham duração mais longa. Sobre isso, Schraiber (1995) apresentou sua experiência na utilização dos relatos de histórias de vida, por meio da qual ela explicita que foram necessários de dois a três encontros para dar conta da trajetória de vida das pessoas entrevistadas, abrangendo os assuntos necessários para a pesquisa.

Na realização dos contatos, entretanto, isso não se mostrou possível. Para cada agendamento de encontro, o intervalo foi de dois meses entre o contato inicial e o dia do encontro. Ou seja, ao realizar o contato – por telefone ou inicialmente por e-mail – com as mulheres, elas aceitaram o convite do encontro, propondo datas que variaram de um a dois meses em relação ao dia desse contato. Ficava claro na conversa com elas que qualquer encontro mais duradouro (que ultrapassasse uma hora, por exemplo), demandava planejamento de agenda que encaixasse esse momento. Observou-se também, por esse movimento de planejamento do encontro, que existia um interesse por parte das mulheres em relatar suas histórias de vida, mas prevaleceu que elas estavam dispondo de um tempo para a pesquisa de maneira solidária.

Durante os encontros, a falta de tempo ficou ainda mais evidente. Muitas vezes, as mulheres agendaram os encontros entre diversos compromissos que tinham naquele dia. Raramente dispuseram de mais do que uma hora e meia para essa conversa. O agendamento de mais de um encontro para dar continuidade não só estava fora das possibilidades práticas das mulheres como também, ao dispor daquele tempo para o encontro, a maior parte das mulheres já traziam suas histórias de vida com uma linearidade que se completava em apenas uma conversa. Destaca-se que, no planejamento para a realização das histórias de vida, houve disponibilidade por parte da pesquisadora em se deslocar e estar em várias cidades com vistas ao alcance de um perfil heterogêneo e que atendesse aos objetivos do estudo.

A falta de tempo ou tempo reduzido dessas mulheres levou à reflexão a respeito do tempo do qual as mulheres dispõem em seus cotidianos. Envolvidas com atividades de militância e de trabalho, além de seus afazeres práticos, dispõem de pouco tempo livre.

### **Situando os encontros**

As entrevistas foram realizadas nos locais de melhor conveniência para cada entrevistada e todos os espaços dispuseram de privacidade para a conversa. Mesmo que já tivesse existido uma apresentação por telefone ou por e-mail, ao chegar havia uma nova apresentação e agradecimento pela disponibilidade de tempo de cada uma. No momento que precedia a ligação do gravador e o início da história de vida em si, a pesquisa era apresentada, assim como o que se esperava daquele encontro. A abordagem inicial consistia em informar sobre a importância de conhecer os relatos na esfera privada e na esfera pública que se referissem ao exercício de seus direitos e esclarecer que elas poderiam abordar acontecimentos e detalhes de forma que se sentissem à vontade. Igualmente era explicado previamente que elas teriam acesso à transcrição da gravação para aprovação dentro de poucos dias ou semanas.



Em cada encontro, esse momento foi variável em termos de tempo, mas, sem exceção, todas as mulheres tinham perguntas a fazer sobre a pesquisadora e sobre a pesquisa. Algumas delas falaram nesse momento que desejavam ter a identidade aberta, no lugar do anonimato.

A empatia na realização dos encontros proporcionou canal fundamental para que as histórias de vida se desenrolassem. Em todos os encontros, houve empatia nas relações, com mais intensidade em alguns dos encontros. Levantando elementos que podem ter contribuído para isso, sugere-se que a afinidade política – o próprio tema de interesse da pesquisa, apresentação pessoal enquanto profissional e pesquisadora na área dos direitos das mulheres e saúde das mulheres – possibilitou o estabelecimento de uma relação de confiança e de afinidade.

Bartra (1999) considera que o sexo da pessoa que entrevista é o fator mais importante em termos de relação investigadora-investigada nas pesquisas que contemplam entrevistas de mulheres. Para ela:

No tiene ninguna importancia, o muy poca, lo diferente que pueda ser una investigadora de otra o incluso de los sujetos femeninos investigados. El sexo de quien lleva a cabo una investigación condicionará todo el proceso de la investigación y es importante metodológica y epistemológicamente. Pero, aparte de eso, a lo que estaba me refiriendo es al punto de vista de lo sujeto investigador que, en primer lugar, toma en consideración de manera importante el género de las personas investigadas. Lo toma en consideración como una variable que incide en el curso de la investigación. De igual manera, tomará en consideración su propio género y manejará como otra variable (Bartra, 1999:152).

Aqui, apresenta-se um contraponto. O fato de a entrevistadora ser mulher se configura como aspecto essencial na construção da investigação e na possibilidade de identificação e empatia na entrevista com outras mulheres, conforme mencionado anteriormente. Entretanto, há outros fatores em questão nesse processo investigativo e no encontro. A abertura para a escuta por parte de quem entrevista, a formação feminista de quem entrevista (mulheres com pouco contato com o feminismo não necessariamente terão interlocução cuidadosa nos aspectos específicos das experiências femininas, assim como homens que tenham contato com essa formação podem ter escuta acolhedora nesse sentido). Mas, raça/cor e classe social se interpõem como importante fator na relação entre pesquisadora e aquela que relatará sua história, de maneira a facilitar ou dificultar a conexão para que se tenha uma boa entrevista.

Quanto à adoção de algumas regras fundamentais na realização de entrevistas, seguiu-se a recomendação de Becker (1994): perguntar “como” e não “por quê”. Ou seja, considera-se que ao buscar reconstituir percursos de vida incluir como é mais efetivo. Perguntar “por quê” pode levar a entrevistada a buscar uma justificativa alicerçada em motivos que envolvam um caráter mais ideológico ou analítico.

Em relação às intervenções, as histórias de vida preveem a realização de perguntas norteadoras ou disparadoras com os temas que devem ser abordados para o alcance dos objetivos da pesquisa. De maneira geral, as intervenções na realização das histórias de vida se mostraram bastante desafiadoras.

Bertaux (1999) auxilia nessa reflexão. Para ele, uma das dificuldades no uso dessa metodologia – que ele prefere chamar de *relatos de vida* é a realização de intervenções que não encerram as conversas e não deixam de explorar tópicos importantes. Apesar de contar com algumas perguntas norteadoras, o que se revelou mais potente para os relatos das mulheres foi a explicação dos objetivos enquanto pesquisadora e quais elementos eram esperados ao longo do relato. A apresentação inicial do estudo e expectativa enquanto pesquisadora para o encontro pareceram mais férteis para os relatos do que perguntas norteadoras ou intervenções pontuais. Caso algum aspecto não fosse abordado no relato, as perguntas norteadoras eram realizadas para possibilitar a abordagem de outro tema ou assunto. Ainda assim, há alguns eventos que se desejava aprofundar e o desafio estava em escolher aprofundá-los naquele momento ou não, e na maneira da abordagem, para que a interlocutora não perdesse o fio condutor que escolheu para a sua fala.

Sobre abordar de maneira diretiva ou não, Bertaux (1999) afirma que há dificuldades específicas referentes às formas de iniciar a conversa ou às dúvidas em relação aos

questionamentos ao longo do encontro. Por exemplo, o autor menciona sobre os perigos do uso de instruções iniciais muito genéricas (como “agora me conte sua vida”, por exemplo) e sobre como isso pode resultar em um encerramento breve demais da fala da pessoa entrevistada.

Ele aponta igualmente que uma das condições para um desenrolar pleno da entrevista é que a interlocutora deseje contar a sua vida, que se sinta à vontade com a condução do encontro. Assim, propõe que a abordagem nos encontros esteja baseada na “escuta atenta” com possibilidade de intervenção: uma “combinación de escucha atenta y de cuestionamiento” (Bertaux, 1999:9). Ou seja, há perguntas diretivas, mas deve existir uma preocupação para que as perguntas não encerrem a conversa ou não interrompam o fluxo de pensamento ou a cronologia da interlocutora. É inevitável, em determinados momentos, especialmente quando já se conhece melhor quais são as lacunas que faltam na pesquisa, fazer perguntas diretivas, mas o autor reitera:

En este caso, una escucha atenta es indispensable; atenta pero no passiva, ya que la exploración de las lógicas contradictorias que han pesado en toda una vida se hará mejor entre dos personas. El papel de informante del sujeto se modifica. Se agrega a él una función de expresión de una ideología particular, además de una función de investigación, pues el sujeto no recita su vida, sino que reflexiona sobre ella mientras la cuenta. (Bertaux, 1999: 10).

### **Ações e observações após os encontros**

A realização do trabalho de campo e, no caso deste estudo, das histórias de vida, demanda aproximação e postura etnográfica. Isso significa investir em uma postura de aproximação com o mundo da pessoa que relata sua história – e não exatamente com a biografia dela em si. A postura requer uma adequação de olhar no sentido de atentar para os detalhes de sua história enquanto detalhes que desvelam os contextos mais amplos daquelas vivências. Significa também extrapolar as falas construídas no momento da gravação e atentar para os acontecimentos que se deram naquele encontro entre pesquisadora e interlocutora: detalhes sobre o espaço, sobre o processo de agendamento, percepções da pesquisadora no momento das falas, após o desligamento do gravador, sensações na chegada e na despedida.

As percepções iniciais referentes a cada encontro foram imediatamente registradas em diário de campo, assim como reflexões também iniciais formadas após a transcrição dos relatos. Foi interessante observar que as percepções no “calor” da entrevista e durante a transcrição trouxeram detalhes que auxiliaram na análise posterior e cuidados do material. As percepções mais intuitivas, inclusive, se confirmaram após análises mais profundas, deixando clara a importância e coerência dos registros. Os diários de campo foram instrumentos fundamentais ao longo da pesquisa, tornando-se material rico para análise posterior das entrevistas.

Sobre esse tema, Bertaux (1999) corrobora a importância do registro e transcrição imediatamente após os encontros, no lugar de dar tempo de reflexão entre a realização da entrevista e o registro do encontro e transcrição. O processo de transcrição realizado pela própria entrevistadora permitiu a observação inicial do conteúdo da entrevista assim como da forma como as mulheres se expressaram em cada momento do relato.

### **A análise do material de campo**

Analisar o material da pesquisa só foi possível mediante a análise da singularidade de cada história de vida e mediante o olhar para o conjunto das histórias de vida produzidas. As generalizações nos relatos foram observadas e contribuíram para a elaboração dos resultados, mas a maior riqueza esteve na percepção do todo de cada encontro: conteúdo, forma de abordagem, caminho para a chegada até as entrevistadas, fio condutor do relato, forma de me receber e de viver o momento da história de vida. Foi o entrelaçamento desses aspectos em cada história de vida escutada, que gerou as reflexões que se tornaram os resultados desta pesquisa.

A percepção do tom e do encadeamento que cada mulher, de maneira intencional ou não, deu à própria história no momento do relato foi aspecto singular e importante que apareceu no

uso dessa metodologia. Esse aspecto foi útil para a compreensão do material de cada história de vida, servindo como mais um elemento de análise e facilitando uma forma de olhar para a história das mulheres que favoreceu a empatia e o olhar pela perspectiva delas próprias.

Meihy e Holanda apontam para a complexidade da análise de material proveniente da metodologia da história oral e chama a atenção para essa lógica interna: “um procedimento analítico implica cruzamentos capazes de diversificar lógicas internas a cada segmento. A análise, pois, é resultado dessas constatações” (Meihy e Holanda, 2015:131).

Gênero e interseccionalidade se mostraram conceitos fundamentais para a compreensão das vivências na esfera privada e na esfera pública por parte das mulheres que fizeram parte da pesquisa. Por um longo período, o referencial hegemônico para a discussão do feminismo se pautou em produção que ignorou a percepção da raça e diferenças étnicas como influentes na forma como o gênero afeta a vida das mulheres. Pode-se afirmar que a noção de interseccionalidade propôs uma organização da compreensão das opressões cruzadas e foi ganhando força na análise de desigualdades concretas e imbricadas, bem como em questões de justiça social e poder.

Contudo, é importante destacar, que anterior à noção de interseccionalidade operada por Kimberle Creenshaw em 1989 (2004:9) temos a discussão de raça desenvolvida por Lélia González no Brasil, que desde a década de 1970, foi fundamental por teorizar na contramão das crenças de harmonia racial, de inexistência de racismo no país e da naturalização dos papéis aos quais a mulher negra foi submetida e resistiu no período da escravidão. González (1982) aponta como esses mitos foram construídos e seus significados para a noção de mulher negra.

A análise interseccional mostrou-se uma abordagem apropriada para apreensão de como os marcadores sociais da diferença visibilizam a importância de compreender e nomear as dinâmicas das exclusões combinadas e a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades na discussão sobre as mulheres nas esferas privada e pública, objetivando não supor de antemão a preeminência de uma categoria sobre as demais.

A organização dos eixos de análise se baseou nas temáticas referentes aos objetivos da pesquisa. Os relatos a respeito dos eventos de reivindicação e construção de políticas públicas foram importantes e atenderam ao alcance dos objetivos da pesquisa. Especialmente nesse eixo, a consulta à bibliografia a respeito dos marcos da construção de políticas públicas e reivindicações na área de direitos sexuais, reprodutivos e saúde foi elemento essencial para compor a análise. Ou seja, um trabalho de articulação entre os níveis de análise macro e micro sociológicos, apontados na introdução. Houve bastante atenção para o conteúdo que surgiu de maneira espontânea por parte das mulheres e as transcrições foram lidas de maneira exaustiva para impregnar-se, até que se compreendesse a singularidade de cada uma e o que essa singularidade apontou em relação aos objetivos da pesquisa (Denzin e Lincoln, 2000).

Conforme já se abordou, as histórias de vida apresentaram necessariamente um fio condutor, um tom geral de encadeamento – que se dá por conta da construção da narrativa pessoal de maneira coesa, da própria vida. O fio condutor também se apresentou em função do que as participantes compreendem dos objetivos da pesquisa apresentados pela pesquisadora. Se, por um lado, isso pode ser uma dificuldade em termos de complexidade da análise, por outro, esse tom ou fio condutor foi muito rico para compreender todo o material. O encadeamento do pensamento e da narrativa das mulheres em relação às suas trajetórias lançou luz sobre as singularidades de cada relato.

O que foi dito, o que não foi dito e a forma de dizer foram também elementos de análise dentro do material coletado. Aqui, dois tópicos merecem atenção por se relacionarem diretamente com as investigações e alcance dos objetivos da pesquisa. O primeiro é o privilégio do aspecto público nos relatos das mulheres. Apesar do relato de acontecimentos da esfera privada, as mulheres, de maneira geral, priorizaram contar sobre os acontecimentos que se deram na esfera pública em suas vidas e se detiveram por mais tempo nos eventos dessa esfera.

Foram levantadas algumas hipóteses para isso. Inicialmente, por mais que o encontro aproxime e crie uma interação relevante, não necessariamente isso é o suficiente para que as mulheres se sintam à vontade em relatar acontecimentos de suas vidas íntimas. Depois, não se

pode perder de vista que talvez a vida privada de fato ainda tenha muitos tabus envolvidos para que seja relatada com enfoque ou detalhamento em uma entrevista gravada.

Por fim, levanta-se a hipótese de que já é habitualmente de interesse geral a vida das mulheres sob o ponto de vista dos acontecimentos, que se dão na esfera doméstica ou familiar. Talvez exatamente por estar na contramão dos interesses em geral, elas desejem contar sobre os acontecimentos públicos, sobre os eventos que se deram e que elas mobilizaram nos espaços fora de casa. Talvez não desejem mais ser definidas pelas suas vivências no âmbito privado.

Corroborar essa última hipótese a percepção do prazer das mulheres no momento do relato de vivências na esfera pública, registrada nos diários de campo. A satisfação no momento do relato revela o reconhecimento que elas têm de si enquanto protagonistas de histórias, eventos, acontecimentos com variados graus de importância, que se dão no espaço público. Esse perceptível prazer e o orgulho com o qual relataram determinados eventos subverte expectativas patriarcais de que a mulher deveria se portar de forma modesta ou humilde frente a pequenos e grandes feitos na esfera pública, reproduzindo sua invisibilização.

Em termos de complexidade da análise das histórias de vida, foi possível perceber também que a identificação da pesquisadora com as mulheres e com as suas pautas de um lado facilitou os encontros e, de outro, se colocou como desafio para a análise. A escuta da história de vida já é em si um ato que aproxima entrevistadora e entrevistada, o que possibilita a realização de um bom encontro. Por outro lado, na leitura do material transcrito, foi necessário promover um olhar crítico de afastamento em relação ao conteúdo. Assim, a identificação com as entrevistadas mobilizou o desafio de olhar de maneira crítica a trajetória relatada por elas.

Sobre isso, Visacovsky (2005) apresenta noções importantes para reflexão. Fazendo referência a uma pesquisa realizada por ele e às suas percepções enquanto pesquisador que se identificou com as pessoas entrevistadas, ele defende que seu papel era estranhar as versões oferecidas para ele nas entrevistas realizadas e se descolar do universo das histórias pesquisadas. Ele relata a importância de se afastar e de “dessacralizar” histórias, tanto do ponto de vista político como do ponto de vista individual de identificação com as pessoas entrevistadas. Tomando o conceito de “sedução etnográfica” de Robben, Visacovsky percebe que, por meio das relações interpessoais na pesquisa (entrevistas em profundidade, por exemplo), os sujeitos buscam influenciar na forma de compreensão do pesquisador e nos resultados da sua pesquisa. Registrar reações e emoções do pesquisador se faz essencial para manter a análise crítica e para observar a construção dos discursos das entrevistas, suas condições de produção e de que maneira o discurso se faz presente hoje. Para ele, é necessário incluir a sedução etnográfica como imanente ao trabalho de campo: o reconhecimento da sedução etnográfica possibilita manter o compromisso ético de inclusão de possíveis contradições e de relatos que contem com maior afastamento por parte da pessoa que pesquisa.

Uma vez apontada a adequação e as vantagens no uso dessa metodologia, identifica-se, por outro lado, alguns desafios no uso da metodologia. Foi necessário ter atenção a algumas falas, já que parte do conteúdo das histórias incluía, diversas vezes, argumentações utilizadas comumente em espaços de reivindicação (palestras, textos escritos). Assim correu-se o risco de perder a espontaneidade em alguns momentos do relato e as análises foram mais difíceis. Percebeu-se no processo que, considerando que essas mulheres são figuras de destaque, muitas histórias já foram relatadas por diversas vezes e para distintos interlocutores e se formam, assim, relatos excessivamente consolidados. Pollak também observou a consolidação excessiva de relatos na realização de histórias de vida e percebeu o aparecimento de reiterações sobre determinados períodos da vida ou fatos sem variações: “Es como si, en una historia de vida individual hubiera elementos irreductibles, em los que el trabajo de solidificación de la memoria fue tan importante que imposibilitó la ocurrencia de cambios” (Pollak, 2006: 34).

## **O encerramento do trabalho de campo**

O trabalho de campo foi encerrado após a realização da quinta história de vida. O encerramento se deu em função de diversos aspectos. A quantidade de material coletado, a diversidade de perfis de mulheres entrevistadas (quanto à geração, atuação na militância e

raça/cor), a atenção à obtenção dos resultados após a realização de cada encontro e transcrição e, por fim, o prazo restante para a finalização da pesquisa foram os fatores que determinaram o encerramento da pesquisa.

O encerramento também se dá como finalização de um processo permanente de refinamento ao longo da realização do estudo. Fazer a pesquisa foi ir e vir ao longo desse processo: refinar as questões mobilizadoras, adequar as intervenções nos encontros, reformular estratégias para o campo. O encerramento só é possível com a clareza de todas as etapas vividas, a observação do que se alcançou até o momento de finalização e a percepção da coerência e consistência das representações, que são também resultados dessas etapas. Sobre a análise e finalização, Bertaux (1999) afirma:

Se invierte en eso um máximo de reflexión sociológica y un mínimo de procedimientos técnicos. Es en la selección de los informantes, en la transformación del cuestionario de um informante a outro (al contrario del cuestionario estándar), em la habilidade para descubrir los índices que abrenla via hacia procesos hasta entonces inadvertidos y para organizar los elementos de información en una representación coerente, que se pone en juego la calidad del análisis. Cuando la representación se estabiliza, se concluye el análisis (Bertaux, 1999: 13).

Em relação ao critério de saturação relativo ao trabalho de campo na pesquisa, Minayo (2017) traz alguns elementos para consideração. Ela destaca a preocupação da pesquisa qualitativa com a “intensidade do fenômeno”, ou seja, a importância de centrar a preocupação na dimensão sociocultural mais do que na repetição de conteúdo que justifique saturação. Ou seja, com menos generalização e mais aprofundamento em relação a cada encontro, é possível encerrar o campo. Ainda, as escolhas justificadas de seleção de participantes e condição de seleção se apresentam como mais importantes do que a quantidade e sistemática das amostras para a autora. No caso do estudo em referência, destaca-se que toda a pesquisa foi realizada com permanente reflexão a respeito dos passos seguintes e análise, que se deu concomitante à realização das histórias de vida e retorno aos referenciais teóricos e, assim, foi possível “trabalhar numa perspectiva de inclusão progressiva das descobertas do campo, confrontando-se com as teorias que marcam o objeto” (Minayo, 2017:3). Olhar para as entrevistas realizadas a cada momento, fazer o contraponto com a teoria existente, percebendo os resultados que aparecem até o momento, percebendo que parte do que se esperava ainda não foi contemplado e buscando as próximas entrevistas seguintes a partir disso.

### **Os critérios de avaliação dos relatos enquanto histórias de vida**

Conforme apontado anteriormente, ao longo de toda a pesquisa de campo, a questão do tempo das mulheres demandou novos planejamentos e a compreensão de que os encontros não necessariamente se desenrolariam por um período longo. Dessa maneira, os encontros tiveram duração entre quarenta minutos e três horas e meia. Os motivos que levaram à inclusão de todos esses encontros na pesquisa são descritos a seguir.

Esse estudo entende que as mulheres, enquanto centrais na investigação, são sujeitos, e não objetos a serem investigados. Dessa maneira, as expectativas em relação ao campo de pesquisa devem ser sempre alinhadas com o que emerge no campo – com o que emerge das mulheres que relatam. Significa compreender, portanto, que o campo não está sob controle: os agendamentos, os tempos que as mulheres dispõem para o relato e quais aspectos serão relatados. Se de um lado o estudo se faz mediante planejamentos, cronogramas, expectativas de contatos e de respostas, isso deve, permanentemente, ser realinhado com os acontecimentos do campo que, no caso, são guiados pelas próprias mulheres.

Nesse sentido, defende-se que a restrição de tempo da maior parte das mulheres para a realização dos encontros deve ser tratada como elemento de análise, orientando o olhar para o que significa a falta de tempo. Isso é um elemento a mais na análise dos relatos, no lugar de um critério para a exclusão de material, no contexto de um campo de pesquisa que não se pode controlar. Significa também aceitar e respeitar que elas relatam de suas vidas, aquilo que *desejam* relatar e devem ter *liberdade* para isso.

A partir dessas considerações optou-se pela inclusão de relatos que não atenderam às expectativas em termos de duração do encontro. Ademais, não se pode perder de vista que, em termos de conteúdo, os relatos incluídos apresentaram elementos essenciais para a discussão dos objetivos propostos, compondo as análises de maneira bastante rica. Ainda, todos os relatos apresentaram subjetividade na forma de relatar (as mulheres se colocaram de fato como sujeitos em cada relato, com expressão de sentimentos, crenças, emoções); observou-se a narração de fatos da vida e também a abordagem dos eixos planejados (em maior ou menor grau) e cronologia no relato.

### **A apresentação das histórias de vida**

Bertaux (1999) discorre sobre o desafio na escolha da forma mais adequada de apresentação de histórias de vida nos produtos finais da pesquisa. Na tese que resultou da pesquisa em questão, optou-se pela apresentação das histórias de vida integralmente. Cada história de vida foi aberta com a descrição do processo prévio ao encontro e das impressões iniciais sobre o encontro. A descrição desse processo foi composta por trechos registrados nos diários de campo anteriormente, de maneira a apresentar o contexto de cada encontro com as percepções registradas nesse instrumento, colocando em perspectiva a história de vida que então se apresentaram.

As histórias passaram por pequenas edições para que ficassem em um tamanho próprio para a publicação. As edições retiraram assuntos que ficaram fora dos temas da pesquisa, o excesso de referências sobre outras pessoas e de detalhes sobre um mesmo evento ou detalhes que pudessem revelar a identidade nas situações de anonimato.

Optou-se por apresentar as histórias de vida completas na tese final para que não se perdesse a riqueza de cada uma. As histórias de vida completas permitem a observação do encadeamento e construção das narrativas pelas mulheres.

### **Considerações finais**

Neste artigo, buscou-se apresentar alguns elementos pertinentes no processo de realização de histórias de vida enquanto metodologia no campo das vivências de mulheres ativistas e das reivindicações no campo dos direitos sexuais e direitos reprodutivos. O artigo apresentou também vantagens e limitações da utilização da metodologia e os desafios referentes à coleta, análise e apresentação dos resultados.

Identificou-se, ao longo da realização do estudo, que a metodologia foi potente para os propósitos da pesquisa. O amplo relato das mulheres ativistas sobre suas reivindicações e o privilégio dos relatos sobre suas trajetórias públicas apontaram para uma metodologia que propicia a valorização das mulheres enquanto interlocutoras da construção de processos coletivos de reivindicação no campo da saúde. Propiciou também o registro e a preservação da memória de suas trajetórias militantes, com detalhamento e emergência de elementos tanto de conteúdo como de formato de melhor alcance.

## Referências bibliográficas

- ALBERTI, V. (2004). *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- BARTRA, Eli (1999). Reflexiones metodológicas. Em: E. Bartra (comp.), *Debates en torno a una metodología feminista* (pp. 141-158). México: Universidad Autónoma.
- BECKER, H. S. (1994). *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Hucitec.
- BERTAUX, D. (1999). El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. *Proposiciones*, 29, 1-23.
- BOSI, E. (2003). *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- BRANDÃO, A.M. (2007). Entre a vida vivida e a vida contada: A história de vida comomaterial primário de investigação sociológica. *Configurações*, 3, 83-106.
- CAMARGO, A. (1984) Os usos da história oral e da história de vida. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27 (1), 5-28.
- CREENSHAW, K. (2004). A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. Cruzamento raça e gênero. In: VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem.
- DENZIN, N. K. & LINCOLN, Y. (2000). *Handbook of Qualitative Research*. London: Sage Publications.
- GONZALEZ, L. (1982). A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político econômica. In: L. Madel et al., *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual* (pp. 89-195). Rio de Janeiro: Graal.
- JOSSO, M. (1999). História de vida e projeto: a história de vida como projeto e as “histórias de vida” a serviço de projetos. *Educação e Pesquisa*, 25 (2), 11-23.
- Manifesto da Campanha por uma Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais e dos Direitos. (2007). *Revista Estudos Feministas* 15 (1), 1-24.
- MEIHY, J.C.S. Sebe e HOLANDA, F. (2015). *História Oral: Como fazer Como pensar*. São Paulo: Editora Contexto.
- MINAYO, MCS. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 5 (7), 01-12.
- POLLAK, M. (2006). Memoria, olvido, silencio. Em: *Memoria, olvido, silencio. La producción social de identidades frente a situaciones límite* (pp. 17-31). La Plata: Ediciones Al Margen.
- QUEIROZ, M. (1987). Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. *Revista Ciência e Cultura*, 39 (3), 270-285.
- RIOS, F. (2013). Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michel Pollak e Beatriz Sarlo. *Revista Intratextos* 5 (1), 1-22.
- SALES, A. L. L. F.; FONTES, F. F.; YASUI, S. (2018). Para (re) colocar um problema: a militância em questão. *Trends Psychology* 26 (2), 565-577.
- SALVATICI, S. (2005). Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, 8 (1), 29-42.
- SAWICKI, F., SIMMEANT, J. (2011) Inventário da sociologia do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. *Sociologías*. 13 (28), 200-255.
- SCHRAIBER, L. (1995). Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. *Revista Saúde Pública* 29 (1), 63-74.
- VISACOVSKY, S. (2005). El temor a escribir sobre historias sagradas. En S. Frédéric y G. Soprano (comps), *Cultura y Política en Etnografías sobre la Argentina* (pp. 271-313). Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes.

**Autoras.**

**Paloma Abelin**

Facultad de Medicina de la Universidad de Sao Paulo, Brasil.

Doctora en Salud Colectiva en el Departamento de Medicina Preventiva, Facultad de Medicina de la Universidad de Sao Paulo.

E-mail: ppabelin@hotmail.com

**Rosana Machin**

Facultad de Medicina de la Universidad de Sao Paulo, Brasil.

Profesora de Ciencias Sociales y Humanas en Salud Colectiva; Departamento de Medicina Preventiva, Facultad de Medicina de la Universidad de Sao Paulo.

E-mail: rmachin@usp.br

**Citado.**

ABELIN, Paloma e MACHIN, Rosana (2022). Virtualidades e limites da história de vida como metodologia no estudo de mulheres ativistas pelos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. *Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social* - ReLMIS, N°24, Año 12, pp. 23-38.

**Plazos.**

Recibido: 27/03/2020. Aceptado: 02/11/2020.